



INSPEÇÃO
DO TRABALHO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS – SRT/GO

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



CPF



NÃO RESTOU CARACTERIZADO TRABALHO ESCRAVO



Período: 26/08/2024

Local: Goiânia/GO

Coord. Geográficas: -16.623436, -49.145524 (sede da Fazenda Capoeirão)

Atividades econômicas: serviço de manejo de animais (CNAE 0.162-8/03)

ORIGEM DA DEMANDA: MPT IC





INSPEÇÃO
DO TRABALHO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS – SRT/GO

EQUIPE INTERINSTITUCIONAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO EM GOIÁS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

1. [REDACTED] CIF [REDACTED] (AFT- Auditor-Fiscal do Trabalho - SRTE/GO) – **Coordenador.**
e-mail: [REDACTED]
2. [REDACTED] CIF [REDACTED] (AFT- Auditor-Fiscal do Trabalho – SRTE/GO)
e-mail: [REDACTED]
3. [REDACTED] CIF [REDACTED] (AFT- Auditor-Fiscal do Trabalho – SRTE-GO)
e-mail: [REDACTED]
4. [REDACTED] CIF [REDACTED] (AFT- Auditora-Fiscal do Trabalho – SRTE-GO)
e-mail: [REDACTED]
5. [REDACTED] CIF [REDACTED] (AFT- Auditor-Fiscal do Trabalho – SRTE-GO)
e-mail: [REDACTED]
6. [REDACTED] Matr. [REDACTED] (motorista terceirizado – SRTE-GO)
7. [REDACTED] (motorista terceirizado – SRTE-GO)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT)

8. [REDACTED] Matr. [REDACTED] (Procurador do Trabalho – PTM Luziânia/GO)
e-mail: [REDACTED]
9. [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Agente de Polícia MPU – PTM Luziânia/GO)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

10. [REDACTED] (Procurador da República – Procuradoria da República no Munic. de Anápolis/GO)
e-mail: [REDACTED]
11. [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Agente de Polícia do MPU – Lotação: PRM/Anápolis)
12. [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Agente de Polícia do MPU – Lotação: PGR)
13. [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Agente de Polícia do MPU – Lotação: PRGO)
14. [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Agente de Polícia do MPU – Lotação:)

DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM ANÁPOLIS/GO (DPF/ANPS/GO) APF [REDACTED]

- [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Agente de Polícia Federal – DPF/ANPS/GO)
15. APF [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Agente de Polícia Federal – DPF/ANPS/GO)
16. APF [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Agente de Polícia Federal – DPF/ANPS/GO)
17. APF [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Agente de Polícia Federal – DPF/ANPS/GO)

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU)

18. [REDACTED] - Matr. [REDACTED] (Defensor Público Federal- São Paulo/SP) –
Designação



INSPEÇÃO
DO TRABALHO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS – SRT/GO

I. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

| | |
|--|-----------|
| Empregados alcançados | 01 |
| Empregados encontrados sem registro | 01 |
| Empregados registrados durante ação fiscal | 01 |
| Empregados Resgatados – total | 00 |
| Mulheres registradas durante a ação fiscal | 00 |
| Mulheres (resgatadas) | 00 |
| Adolescentes (menores de 16 anos) | 00 |
| Adolescentes (entre 16 e 18 anos) | 01 |
| Trabalhadores Estrangeiros | 00 |
| Trabalhadores Estrangeiros Registrados durante ação fiscal | 00 |
| Trabalhadores Estrangeiros Resgatados | 00 |
| Trabalhadores Estrangeiros – Mulheres - Resgatadas | 00 |
| Trabalhadores Estrangeiros – Adolescentes (menores de 16 anos) | 00 |
| Trabalhadores Estrangeiros – Adolescentes (entre 16 e 18 anos) | 00 |
| Guias Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado emitidas | 00 |
| Valor bruto das rescisões (em reais) | 0,00 |
| Valor líquido recebido (em reais) | 0,00 |
| Valor Dano Moral Individual | 0,00 |
| Nº de Autos de Infração lavrados | 02 |
| Termos de Apreensão de Documentos | 00 |
| Termos de Interdição Lavrados | 00 |
| Termos de Suspensão de Interdição | 00 |
| Termos de Notificação | 01 |
| Prisões efetuadas | 00 |
| Armas apreendidas | 00 |
| CTPS emitidas | 00 |
| CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho) emitidas | 00 |



INSPEÇÃO
DO TRABALHO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS – SRT/GO

II. MOTIVAÇÃO DA AÇÃO FISCAL

A presente ação fiscal foi implementada em decorrência de recebimento de denúncia encaminhada pelo Ministério Público do Trabalho relatando possíveis irregularidades de trabalho infantil, ocorrência de maus tratos e condições de trabalho degradantes.

III. DADOS DO EMPREGADOR E SUA ATIVIDADE ECONÔMICA

O empregador [REDACTED] trata-se de um pequeno produtor rural arrendatário que exerce a atividade de bovinocultura leiteira em uma propriedade de 5 alqueires, situada no município de Goiânia/GO.

a) Nome: [REDACTED]

b) CPF: [REDACTED]

c) Endereço da fiscalização: Fazenda Capoeirão, zona rural de Goiânia/GO, coordenadas geográficas: -16.623436, -49.145524

d) End. correspondência: [REDACTED]

e) Telefone: [REDACTED]

1) DA AÇÃO FISCAL

Trata-se de ação fiscal implementada pelo grupo interinstitucional de combate ao trabalho análogo à condição de escravo em Goiás, composto por integrantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e Polícia Federal (PF), iniciada em 19/08/2024 e em curso até a presente data, para averiguação de denúncia de possível submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo, conforme já acima salientado. Todavia, embora tenham sido constatadas



INSPEÇÃO
DO TRABALHO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS – SRT/GO

irregularidades trabalhistas, não houve a constatação de “trabalho análogo à condição de escravo”.

Em 26/08/2024, a equipe de fiscalização se dirigiu para as coordenadas geográficas identificadas na presente denúncia, sendo que o destino traçado finalizou numa pequena chácara, onde foi encontrado em atividade laboral o adolescente [REDACTED] com idade de 16 anos, na função de vaqueiro, exercendo a atividade de ordenhador de vacas leiteiras em curral com higiene precária, além de outras atividades, como fornecimento de alimentação para os animais e limpeza de currais, ou seja, atividades insalubres. Constatou-se também que o trabalhador em questão não possuía contrato formal de trabalho desde 15/01/2024. Os locais de trabalho foram inspecionados, assim como as áreas de vivência, e não foram encontrados empregados alojados ou morando no estabelecimento.

Naquela ocasião, foi verificado que no estabelecimento não havia uma outra atividade para a mudança de função do adolescente, portanto, não restou uma alternativa para a fiscalização a não ser determinar ao empregador que providenciasse, de imediato, o afastamento do trabalho do adolescente em tela (cópia do Termo de Afastamento do Trabalho no anexo A-002). O empregador também foi NOTIFICADO para comparecer no dia 05/09/2024, às 14:00 hs, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás (SRTE/GO), para comprovar a regularização do contrato de trabalho e efetuar o pagamento dos direitos trabalhistas ao adolescente. Importante registrar que o empregador compareceu na SRTE/GO, no dia e hora determinados, acompanhado do [REDACTED] e sua mãe [REDACTED] e apresentou a documentação comprobatória do registro retroativo a 15/01/2024 e o pagamento das verbas rescisórias.

2) DAS INFRAÇÕES E DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Embora a situação encontrada não tenha sido caracterizada como sendo “trabalho análogo ao de escravo”, foram encontradas outras infrações, culminando com a lavratura de 02 (dois) autos de infração em face do referido empregador rural, conforme relação abaixo (cópia no Anexo A-003).



INSPEÇÃO
DO TRABALHO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS – SRT/GO

| Id | Núm. A.I. | Ementa | Infração | Capitulação |
|----|-----------|---------|--|---|
| 1 | 228300061 | 0017752 | Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente, o empregador não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte. | (Art. 41, caput, c/c art. 47, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.) |
| 2 | 228300070 | 0016039 | Manter trabalhador com idade inferior a 18 (dezoito) anos em atividade nos locais e serviços insalubres ou perigosos, conforme regulamento | (Art. 405, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.) |
| | | | | |

3) CONCLUSÃO

Conforme já acima salientado, no decorrer da ação fiscal, embora tenham sido encontradas irregularidades trabalhistas, **a situação NÃO restou configurada como sendo submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo.**

4) SUGESTÃO DE ENVIO DE CÓPIA DESTE RELATÓRIO

Para conhecimento e adoção das devidas providências, sugerimos o envio de cópia deste relatório para os seguintes órgãos:

- a) DETRAE – Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, da SIT/MTP;
- b) MPT - Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região (Inquérito Civil – [REDACTED])

É o relatório.

Goiânia/GO, 07 de outubro de 2024.



Documento assinado digitalmente



[REDACTED]
Auditor-Fiscal do Trabalho
CIF [REDACTED]
Coordenador da Operação